



A data do desastre de Vatalandi

Autor(es): Ruas, Henrique Barrilaro
Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente: <http://hdl.handle.net/10316.2/47112>
DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_4_15
Accessed : 12-Aug-2022 22:53:14

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO IV

HOMENAGEM A GAMA BARROS

Volume I



COIMBRA / 1949

A data do desastre de Vatalandi^(*)

1. Os *Annales Portugalenses Veteres, continuatio prima*, recensão longa (neste passo, unicamente representados pela *Chronica Gothorum*) (*), trazem a seguinte notícia :

«Era 1148 factum est magnum infortunium supra Christianos qui ibant ad Santarém in loco qui dicitur Vatalandi; dum enim uellent ibi christiani figere tentoria et requiescere tum ⁽²⁾ subito ex improvise multitudo Sarracenorum et Moabitarum et Arabum audito numero eorum uenerunt super eos repente et imparatos eos inuenientes interfecerunt ex eis plurimos, ibique mortuus fuit Suarius Fromarigis pater Domni Nuno Suariz qui erat dux super eos et Mido Cresconis pater Domni Joannis Midiz.» (3)

Temos, pois, que, no ano de Cristo de mo, uma pequena hoste crista foi praticamente aniquilada pelos muçulmanos, quando ia a caminho de Santarém. Não diz a notícia com que fim se dirigiam para aí os portugueses.

Mas, imediatamente depois, refere a Crónica :

«Era 1149 rex Cyrus cepit Santarém septimo calendas iunii.» (4)

(*) Abreviaturas usadas : *D. et C.* = *Diplomata et Chartae*. *D. P.* = *Documentos Medievais Portugueses*; *III — Documentos Particulares*. *L.B F.* = *Livro Baio Ferrado*. *L. P.* = *Livro Preto de Coimbra*. *L. M. D.* = *Livro de D. Mumadona*.

(1) Pierre David, *Études Historiques*, pág. 302. Para a terminologia adoptada, id., *ibid.*, págs. 257-340 e especialmente 258-c) e 288-9. Na citação dos textos, sigo igualmente a edição (parcial) deste Professor. As páginas que indico são as desta sua obra.

(2) Correção proposta por P. David. Fr. António Brandão tinha escrito «cum». Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, 1.^a ed., pág. 64, n.º 1, dá «ecce», suponho que por simples lapso.

(3) Págs. 301-302.

(4) Pág. 302 ii das kalendas de Junho, segundo a continuação de io85 a 11 ii do *Homiliário de usq* e da *Summa Chronicarum* (pág 3o5 ; 8 das kalendas de Junho, segundo o *Livro da Noa I* (pág. 307); 6 das kalendas de Julho, segundo os *Anais de Lamego* {*ibid.*), que aliás dependem do *Livro da Noa* (P. David, *op. cit.*, págs. 274 e 275).

Logo, se em 1111 Santarém foi tomada pelos muçulmanos, em mo devia estar em poder dos cristãos.

Ora, em 1109, conhecendo a morte de Afonso vi, os mouros de Sintra tinham-se rebelado, provocando a rápida intervenção vitoriosa do Conde de Portugal (5).

Sobre estes dados, facilmente ergueram os historiadores a seguinte interpretação coerente :

«Era muito de temer que o mesmo espírito de rebelião se comunicasse às outras praças fortes e vizinhas, que reciprocamente se auxiliavam e apoiavam e que todas ficavam remotas do centro das forças e do senhorio português. E parece que o Conde D. Henrique, receando que assim sucedesse a Santarém, quis assegurar esta importante praça, ou metendo nela mais numerosa guarnição, ou mandando gente, que contivesse em respeito os Mouros e acudisse a qualquer insulto por eles intentado. Isto ao menos é o que parece coligir-se da *Chronica Lusitana*, que nos dá notícia do mau sucesso desta expedição, dizendo que neste ano de ii 10 (era de 1148), indo os Cristãos para Santarém, foram subitamente salteados e derrotados pelos Mouros, com grande perda dos Cristãos, dos quais foram mortos, entre outros, o seu capitão Soeiro Fromarigues, e Mido Cresconiz, pai de D. João Midiz.» (6)

Por que motivo não iria o próprio D. Henrique em socorro de Santarém, como fora, no ano anterior, confirmar o seu domínio sobre Sintra ? Respondem os historiadores, com fundamento legítimo : «o Conde D. Henrique não podia abrir mão das guerras

(5) *Chronica Gothorum*, pág. 30 1.

(6) Cardeal Saraiva, *Obras*, vol. 11, págs. 176-7. No mesmo sentido, embora com modalidades próprias : Frei António Brandão, *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, foi. 35 r.º; Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. ii, págs. 45-46 da 7/ ed. ; Manuel Ramos, in *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, vol. 1, pág. 496; Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, i.ª ed., págs. 63-64. Cf. D. Fr. Nicolau de Santa Maria, *Crónica... dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, pág. 280 ; Pierre David, *op. cí.*, págs. 286-7. Expressamente, A Brandão ; tacitamente, todos os outros autores entendem que a hoste cristã provinha de Coimbra. A hipótese, manifestamente lógica, não me parece a única possível : estando Sintra e Lisboa em poder dos cristãos, a expedição de socorro a Santarém poderia ter partido de uma dessas praças fortes. A dúvida é tanto mais legítima, quanto se desconhece a localização de Vatalandi.

de Leão em que andava ocupado» (7) ; ou: «D. Henrique, que em 1109 descera ao sul a submeter os mouros de Sintra, parecia agora alheado de tais sucessos, dando preferência aos da política interna. Certamente praticara entretanto o acto preparatório da sua intervenção na (8) luta civil: a viagem a França» (9).

2. Nem todos os autores que se referem ao combate (se «combate» se pode chamar) de Vatalandi têm dedicado alguma atenção ao comandante da hoste portuguesa: Suarius Fromariguiz (10). E no entanto é ele um dos nobres portugueses mais vezes citados nas nossas fontes medievais (11). A sua presença não é apenas uma vaga presença : pode-se reconstituir com base nos documentos alguma coisa da sua vida.

Como diz António Brandão, Soeiro Fromarigues «tinha seu assento na terra de Santa Maria». Na sua quase totalidade, os documentos que o registam pertencem ao mosteiro de Grijó (*Livro Baio Ferrado*).

Apesar de esta relação diplomática, o único documento em que Soeiro entra em relação directa com o mosteiro é a escritura de doação citada na *Monarquia Lusitana*, a qual, por motivos que de momento não pude averiguar, não foi incluída por Herculano nos *Diplomata et Chartae* (12).

Por via de regra, Soeiro e' puramente um comprador : e é sem dúvida notável a progressiva acumulação de bens nas suas mãos,

i7) António Brandão, *op. citloc. cit.*

(8) No texto, por manifesto lapso : «da».

(8) Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, 1.* ed., pág. 64.

(10) Que eu saiba, apenas António Brandão, *op. cit.*, foi. 55 r ° e v.°, e também — independentemente de Vatalandi — foi. 9.

(U) *D. et C.* 521 (1075), 564 (1079?), 607 (1082), 630 (1084), 615 (1087), 691 (1087), 724 (1089), 726 (1089), 750(1091), 752 (1091), 756 ([090,771 (1092), 772 (1092), 784 (1092); *T. P. da Mon. Lusitana*, foi. 9 (1093); *D. et C.* 813 (1094), 842 (1096), 886 (1098), 900 (1099), 901 (1099), 902 (1099), 903 (1099) 921 (1100); *D. P.* 15 (1101), 48 (1101), 159 (1104). Adiante se explica a exclusão do *D. P.* 322 (1109).

(12) O problema não tem, para aqui, grande interesse ; mas pode-se observar que nesse documento figura como testemunha um alcaide do castelo de Santa Maria — Placencio — que não encontro alhures : sinal de duvidosa autenticidade. O documento tb. é citado por Fr. Nicolau de Santa Maria, *op. e loc. cit.*

através de um período de 26 anos. Mas é para notar que não é muito vasto o círculo que abrange a generalidade desses bens.

Afora aquela escritura citada por Brandão, apenas por duas vezes se vê o futuro capitão de Vatalandi ultrapassar a pura relação comercial: em 1091, ao receber prédios em aincommuniatione» para defender e ajudar os autores (13); em 1094, como confirmante da doação da Vacariça à Sé de Coimbra (44). Neste último acto, Soeiro Fromarigues figura entre o alvazir D. Menendus v¹³) e Mido Cresconiz, certamente o mesmo que com ele virá a morrer em Vatalandi.

Com estes elementos não há que considerar Soeiro Fromarigues como propriamente um magnate, um nobre de primeiro plano; nem é fácil indicar com segurança a sua ascendência (46). Foi, porém, proprietário considerável (47), provavelmente senhor de parte do mosteiro de Grijó (/*), e por fim comandante de uma expedição militar.

(13; *D. et C. 956 L. B. F. Grijó 1091*. A protecção, embora seja finalidade constante das incomunições, nem sempre é expressa (Sánchez-Albornoz, *Las behetrías*, in *Anuario de Hist. del Derecho Español*, t. 1, págs. 211-212).

(14) *D. et O. 813 Sé de Coimbra 1094*, em que são autores D. Raimundo e D. Urraca.

(15) Menendus Baldemiri, alvazir ou proconsul: *D. et C. 617, 645, 658, 663, 670, 676, 683 ; D. P. 6, 30, etc.*

(15) Em trabalho de mais fôlego que trago em preparação, estudarei esta família no quadro da nobreza da época. Ficam igualmente para então alguns problemas particulares aos filhos de S. F. Note-se que Fr. Nicolau de Santa Maria, *op. e loc. cit.*, dá S. F. como filho de Nuno Soares o Velho.

(17) É de notar que não são, geralmente, avultados os preços das terras adquiridas por S. F. ; e raras vezes eles apresentam alguma característica notável, dessas que de algum modo denunciam o nobre ; registo apenas um escudo «franciscum» (*D. et C. 675*) e uma «capam nigram» (*D. et C. 752*).

(18) Cf. *D. P. 15g e 160*, ambos do *L. B. F. Grijó* e de 1104, em que os filhos de Soeiro Fromarigues, ao doarem bens ao mosteiro, esclarecem que o fazem «ad illam nostram rationem» (15g), «uidelicet nostre parti monasterii ipsius» (160). Recorde-se o documento citado por Brandão e a que me refiro na n. 12.

Note-se (com António Brandão, *op. cit.*, foi. 55) que os Livros de Linhagens dão como fundador de Grijó, Nuno Soares, filho de Soeiro. Reputo válida, embora não muito fundamentada, a conclusão do Cisterciense : «mais me parece que este fidalgó [Nuno Soares] o acrescentaria em rendas e em edifícios, que ser o primeiro fundador».

O mosteiro já existia em 922 (*D. et C. 26 L. B. F. Grijó*, já conhecido por Fr. N. de Santa Maria, *op. cit.*, pág. 278), mas era então mosteiro

Mais que filho de família ilustre, Suarius Fromariguiz foi pai de ilustre descendência. A própria notícia da *Chronica Gothorum* o dá a entender, ligando à memória do malogrado capitão um único nome : o do seu filho primogénito Nuno Suariz ⁽¹⁹⁾. Parece até legítimo, embora com todas as reservas devidas à inconstância das fórmulas, interpretar no mesmo sentido o uso da partícula *D.* para o nome do filho e não para o do pai.

Ao lado de Soeiro Fromarigues (e, mais tarde, ao lado dos filhos) parece desempenhar um papel de relevo Elvira Nuniz, sua mulher. Em 1075 e 1079 (?), Soeiro aparece sozinho. A partir, porém, de 1082, Elvira acompanha-o sempre (excepto no diploma condal de 10[^]4). Daqui se pode concluir que Soeiro Fromarigues terá casado entre 1079 e 1082, ou (se o *D. et C.* 564 tem a data errada, como se pode supor), entre 1075 e 1082.

Esta união foi fecunda : dela nasceram (provavelmente por esta ordem) Nuno, Soeiro, Pelágio, Pedro, Ero, Maior, Adosinda, Ermesinda, Toda e Salvador. Todos eles aparecem em documento de 1104⁽²⁰⁾. É possível acompanhar alguns deles ⁽²¹⁾: Nuno, Soeiro e Maior, até 1112 ⁽²²⁾ ; Pelágio, até 1109 ⁽²³⁾ ; Ero, até 1114 ⁽²⁴⁾. A mãe, por seu lado, aparece até 1109⁽²³⁾.

3. No que acabo de dizer sobre Soeiro Fromarigues não se descobre fácil relação com o desastre de Vatalandi. E porém em

dúplex. Segundo este último autor, os fundadores foram (circ. 912) os presbíteros Guterre Soares e Ausindo Soares, largamente ajudados por seu irmão, Nuno Soares o Velho (*ibid.*).

⁽¹⁹⁾ Que N. S. seja o primogénito é o que se vê do *D. P.* 15g, em que vem à cabeça de todos os irmãos; do 160, em que precede, em acto do 2.º irmão, aquele que no 150 é o 3.º; do 301 e também do que é falsamente *D. et C.* 545 *L. B. F.* Grijó 1077, ^{nos} quais é o único filho que acompanha a mãe; finalmente, do texto da *Crónica*, em que é ele o único filho de Soeiro a que se faz referência. Seria também argumento favorável o nome do avô paterno, dado por N. de Santa Maria como se referiu na n. 16.

⁽²⁰⁾ *D. P.* 159 *L. B. F.* Grijó.

⁽²¹⁾ Refiro-me apenas (como em todo este trabalho) a documentos impressos. Em Nicolau de S.^{ta} Maria encontram-se notícias: de Pelágio, até Novembro de 1135 e ainda depois; de Elvira, até 1132.

⁽²²⁾ *D. P.* 403, para Nuno, e 400 para Soeiro e Maior.

⁽²³⁾ *D. P.* 325.

⁽²⁴⁾ *D. P.* 466.

⁽²⁵⁾ ***D. P.* 344.**

alguns dos documentos citados que se pode fundamentar a invalidação da data geralmente atribuída àquele recontro.

Um único testemunho existe do acontecimento: a *Chronica Gothorum*, na sua forma mais longa, que é também a mais antiga ⁽²⁶⁾.

Vimos que esse testemunho é claro quanto à data : 11 io. Julgo que, ate' hoje, ninguém a pôs em dúvida ⁽²⁷⁾. A persistente presença, porém, de Soeiro Fromarigues e sua família nos nossos documentos medievais está a convidar a um naturalíssimo confronto.

A última vez que Soeiro figura em escrituras é em 29 de Dezembro de 1101 ⁽²⁸⁾: como habitualmente, é comprador, em conjunto com sua mulher.

Elvira Nunes reaparece meio ano depois; mas, em vez do marido, são os filhos que a acompanham. Como Soeiro em 1091, sua família recebe agora um prédio em «incommuniacionem» para que ajude e defenda os autores ⁽²⁹⁾.

Em Setembro do mesmo ano, Salvador Suariz faz um acordo sucessório com sua mulher Matreona Suariz ⁽³⁰⁾.

Em 16 de Julho de 1103, é talvez a dois filhos de Soeiro — Nuno e Ermesinda — que se refere um documento de Pedroso ⁽³¹⁾.

Em 7 de Junho de 1104, os dez filhos de Soeiro doam «here-

do) V. a demonstração em : L. Gonzaga de Azevedo, *Idade Média. Notas de história e de crítica. XI, XII e XIII*, in *Brotéria* série mensal vol. I (1925), págs. 440-7, 470-481, 571-581, estudos parcialmente reeditados na sua *História de Portugal*, t. iv, apêndice ui, págs. 174-193; A. B. da Costa Veiga, *Ourique-Val de Vef*, in *Anais da Ac. Port. da Hist., Ciclo da Fundação da Nacionalidade*, vol. I, pág. 92; Alfredo Pimenta, *Idade Média*, págs. 273-275; P. David, *op. cit.*, págs. 281-283.

⁽²⁷⁾ P. David, *op. e loc. cit.*, põe o problema da antiguidade — e, implicitamente, da veracidade — da noticia. Que eu saiba, foi este o único cuidado critico que o texto suscitou. Como P. D., julgo aliás que seria quase absurdo que a noticia tivesse sido inventada. O mesmo ilustre historiador sugere-me que se poderia tratar de noticia própria de Nobiliário, o que poderia estar indicado no uso da particula *D.*, raro na *Chronica Gothorum*.

⁽²⁸⁾ *D. P.* 48 *L. B. F.* Grijó.

⁽²⁹⁾ *D. P.* 76 *L. B. F.* Grijó. Os nomes .dos filhos não vêm referidos*

⁽³⁰⁾ *D. P.* 82 *L. B. F.* Grijó.

⁽³¹⁾ *D. P.* 126 Pedroso. Para um estudo completo desta família, o qual não é meu intuito fazer aqui, importa considerar numerosos documentos deste mosteiro.

ditatibus nostris que fuerunt de nostro patre» ao mosteiro de S. Salvador de Grijó. A mãe e, ao que parece, um tio paterno confirmam a doação ⁽³²⁾.

No dia seguinte, 8 de Junho, Suarius Suariz toma disposições favoráveis ao mosteiro de Grijó e a seu mestre o presbítero David. Servem de testemunhas sua mãe e dois dos seus irmãos : o mais velho e o que imediatamente a ele se segue ⁽³³⁾.

Em 16 de Junho de 1105, Elvira e seus filhos são compradores ⁽³⁴⁾.

O mesmo se dá em 10 de Junho de 1107 ⁽³⁵⁾. Em 19 de Junho do mesmo ano [?] e em 6 de Setembro do ano seguinte, Elvira Nunes ⁽³⁶⁾ e o filho primogénito são compradores ⁽³⁷⁾.

Em 17 de Fevereiro de 1109, Suario Suariz é comprador ⁽³⁸⁾ e recebe um prédio por venda e incomuniação, para ter o autor «in honore et in diuisione» ⁽³⁹⁾.

Em 20 de Abril de 1109, Pelagius Suariz doa algumas *herdades* ao mosteiro de Grijó ⁽⁴⁰⁾.

⁽³²⁾ D. P. i5g, já citado.

⁽³³⁾ D. P. 160 L. B. F. Grijó. Só a mãe aparece expressamente como tal. Nuno e Pelágio vêm aliás antes dela.

⁽³⁴⁾ D. P. 194 L. B. F. Grijó. Não figuram os nomes dos filhos.

⁽³⁵⁾ D. P. 236 L. B. F. Grijó. Também sem os nomes dos filhos.

^(36j) No texto: «Uuniz», que o Ed. assinala

⁽³⁷⁾ Respectivamente: D. et C. 5215 L. B. F. Grijó 1077 e D. P. 30i L. B. F. Grijó. O primeiro tem a data manifestamente errada. Em lugar de «Era MCXV» (1077) deve certamente ler-se «Era MCXLV» (X aspadado) (1107). O notário — Pelagius — aparece em 1082 (D. et C. 607), 1086 (D. et C. 669), 1087 (D. et C. 675 e talvez 691, em que é presbítero), 1096 (/). et C. 842), talvez 1098 (D. et C. 886, em que é presbítero), 1099 (D. et C. 900, 901, 902, 903 e 921, estando, neste último, interrogado), 1101 (D. P. i5), 1109 (D. P. 344) e 1112 (D. P. 403). O documento a que me refiro não transitou para os *Documentos Particulares*.

⁽³⁸⁾ D. P. 32i L. B. F. Grijó. É o D. et C. 205 L. B. F. Grijó 1009, por erro de uma centena.

⁽³⁹⁾ D. P. 322 L. B. F. Grijó. A este documento me referi na nota 11, porque Soeiro Soares é chamado, uma das vezes, S. Fromarigues. O erro é manifesto e é aliás corrigido no próprio documento.

A palavra «diuisione» está claramente por *deuensione* — *defensione*.

⁽⁴⁰⁾ D. P. 323 L. B. F. Grijó. Este documento e o i5g são diplomaticamente mais ricos que a generalidade dos documentos de Grijó. Observe-se que a palavra *hereditas*, que mais uma vez aqui aparece, não tem, ao menos nesta época, o significado constante de prédio herdado.

Em 3i de Dezembro de 1109, Elvira Nunes é compradora — pela última vez ⁽⁴¹⁾.

São estes os momentos em que a família de Soeiro Fromarigues nos aparece, até ao ano a que geralmente se atribue o desastre de Vatalandi. Desse ano de 1110, nenhum documento de interesse nos ficou.

A série volta a refazer-se a partir de 14 de Janeiro de 1112, data em que Nuno Suariz e sua mulher D. Urraca fazem uma compra ⁽⁴²⁾.

Em 17 de Maio do mesmo ano, Menendus Gunsalui e sua mulher Maior Suariz cedem a Suario Suariz — provàvelmente cunhado e irmão deles — uma herdade que a Infanta D. Teresa, de acordo com Suario, que a tivera em préstamo, lhes tinha dado em paga de serviços prestados ⁽⁴³⁾.

Em 3i do mesmo mês, Nuno Soares e sua mulher Urraca Midiz vendem um prédio, tomando acerca dele disposições favoráveis ao mosteiro de Grijó ⁽⁴⁴⁾.

Em i5 de Março de 1114, finalmente, Ero Suariz realiza uma compra ⁽⁴⁵⁾.

4. Da análise destes documentos, pode-se concluir que a morte de Suario Fromariguiz ocorreu muito antes de mo.

E certo que nenhum documento se refere expressamente à sua morte. Mas a longa série das suas intervenções em actos jurídicos, que vem desde 1075 e consta de 2b escrituras (uma delas duvidosa), termina inexoravelmente com o ano de 1101.

Podia-se admitir que Soeiro se ausentara: andaria, justamente, na fronteira-sul do Condado... A hipótese é perfeitamente legítima. Mas, nos 17 documentos em que figuram a mulher e os filhos de Soeiro, desde 1102 a 1109, nenhuma leve referência se

⁽⁴¹⁾ D. P. 344 L. B. F. Grijó.

⁽⁴²⁾ D. P. 3yo L. B. F. Grijó.

⁽⁴³⁾ D. P. 400 L. B. F. Grijó.

⁽⁴⁴⁾ D. P. 403 L, B. F. Grijó. É por este documento que conhecemos o nome completo da mulher de Nuno Sendo *Midif* o seu patronímico, não será pura fantasia supô-la filha de Mido Cresconiz, companheiro de armas de Soeiro Fromarigues e que logo a seguir a este, como vimos, confirma a doação da Vacariça à Sé de Coimbra.

⁽⁴⁵⁾ D. P. 466 L, B. F. Grijó.

faz à ausência do chefe da família. Bem ao contrário : tudo aparece como *definitivamente* estabelecido sem ele.

Desconhecem-no os pequenos proprietários, quando procuram a protecção de Elvira e de seus filhos.

Desconhecem-no estes, ao disporem de bens, como doadores, vendedores, ou compradores.

Há uma ocasião em que se lhe referem. Mas é então que mais claro se torna que Soeiro Fromarigues já não vive. Não se vê, com efeito, que outra interpretação se possa dar à doação que a favor de Grijó fazem todos os filhos de Soeiro em Junho de 1104. A doação não é de quaisquer bens, mas expressamente de bens que foram do pai: «hereditatibus nostris que fuerunt de nostro patre», adquiridas por ele: «qui illas hereditates ganauit». Há mesmo uma expressão que se poderá tomar como prova definitiva: «pro remedio anime nostri patris domni Suarii Fromariguiz», embora também se diga na escritura ⁽⁴⁶⁾: «pro remedio animarum nostrarum». Porque este caso é bem diferente daquele ; e não conheço nenhum exemplo de se pedir, através de uma doação piedosa, a salvação de terceira pessoa ainda viva; são inumeráveis, em contra-partida, os actos desta natureza a favor de defuntos.

Há ainda um pormenor, neste documento, que não se pode deixar de considerar significativo: os dez filhos de Soeiro Fromarigues esperam alcançar, com a bênção de Deus, a bênção do seu pai: «et pro Deo benedictione et nostri patris.» ⁽⁴⁷⁾.

Dêmos, pois, por perfeitamente estabelecido que Soeiro Fromarigues morreu entre 29 de Dezembro de 1101 e 7 de Junho de 1104.

Ora, uma vez invalidada a data apresentada pela *Chronica*, adquire valor quase definitivo o sentido aparente dos documentos de 1102 e 1103, ou pelo menos do primeiro deles, aquele em que Elvira e seus filhos aparecem como naturais protectores de modestos proprietários da sua região. E a impressão que deles se desprende, assim confirmada pela escritura decisiva de 1104, continua-se pelos anos seguintes, de 1105 até ao fim de 1106⁽⁴⁸⁾.

⁽⁴⁶⁾ Exemplos destes poderiam multiplicar-se indefinidamente.

⁽⁴⁷⁾ Cf. Reuter, n.ºs 257 e 260.

⁽⁴⁸⁾ Já na nota 39 se examinou o caso do Z). P. 322, que não chega a constituir problema.

E, por conseguinte, muito provável que a morte de Soeiro tenha ocorrido entre 29 de Dezembro de 1101 e 24 de Junho de 1102.

Esta probabilidade só poderá aumentar se considerarmos a própria data que a Crónica atribui ao combate. A era de 1148, escrita — MCXLVIII — facilmente se pode desdobrar em MCXL (ano de Cristo de 1102) e vm — por exemplo: das *kalendas* de Fevereiro, Março, Abril, Maio ou ainda Junho (49).

O erro de cópia poderia, é certo, ter consistido em aglutinar MCXLV com ui, MCXLvi com ii ou MCXLvii com i, e assim resultaria 1107, 1108 ou 1109. Na falta do original da *Chronica*; na falta, mesmo, da cópia (que P. David afirma não poder ser anterior ao séc. xiv (50)) utilizada por António Brandão, todas as conjecturas são possíveis. A única, porém, que encontra fundamento documental é a primeira : MCXL, viii de...

Pode-se acrescentar em reforço desta hipótese que na *Chronica Gothorum* é habitual a indicação completa ou quase completa da data, conquanto também se encontre não raras vezes o uso contrário. Embora sem o carácter que teria num obituario, esta notícia parece (como observa P. David (51)) ter um interesse mais particular que público. O próprio texto mostra que não eram muito numerosos os cristãos (52). Uma só fonte se refere ao desastre. Os nomes dos chefes cristãos são imediatamente ligados aos dos filhos. Tudo indica que o redactor desta *continuatio* dos *Annales Portugaleses Veteres* (aproveitada pela *Chronica* (53)) estaria relacionado com Nuno Soares e João Midiz, ou com um deles. A datação completa seria, portanto, por um lado, perfeitamente possível, por outro, naturalmente desejada.

(49) Se se puder considerar como um fossado a expedição de S. F., serão oportunos os textos de Sampiro, do monge de Silos, de Rodrigo de Toledo e da Crónica do Cid, citados e comentados por Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, 2.^a ed., 1, pág. 302. Seria, assim, mais provável que o reconto se tivesse dado por alturas de Maio.

(50) *Op. cit.*, págs. 280-1.

(51) *Op. cit.*, pág. 287.

(52) «Audito numero eorum».

(53) Cf. P. David, *op. cit.*, pág. 289; interessam também as anteriores desde a 285.

5. O estudo biográfico de Suarius Fromariguiz conduziu-nos a fixar a data do desastre de Vatalandi no primeiro semestre de 1102 ou, o mais tardar, provàvelmente em igual período de uo4⁽⁵⁴⁾.

Não é possível, para Mido Cresconiz, proceder a trabalho semelhante, porque os nossos documentos mal o registam ⁽⁵³⁾. Basta porém, para o nosso intento, verificar que ele não figura em nenhum documento posterior a 1101. Posto isto, torna-se perfeitamente dispensável insistir na vaga historia de Mido Cresconiz ⁽⁵⁶⁾.

6. Com estas conclusões, fica desfeita a construção coerente erguida pelos historiadores sobre a data fornecida pela *Chronica Gothorum*.

O caso de Vatalandi — é bom não esquecer — não tem importância de maior. Mas não deixa de ser um dos raros episódios conhecidos das lutas de Portugueses com Mouros no tempo do Conde D. Henrique.

Em mo, Vatalandi tinha um significado bastante preciso. Importa agora ver qual o seu significado em 1102 ⁽⁵⁷⁾.

Neste ano, Santarém está certamente em poder dos cristãos ⁽⁵⁸⁾. Os Almorávides estão praticamente senhores da Espa-

⁽⁵⁴⁾ O facto de ser apenas em Junho de 1104 que os filhos de Soeiro fazem a doação comum ao mosteiro de Grijó pode criar uma impressão favorável à última data. Deve porém observar-se que Nuno, o primogénito, só aparece a partir de então, o que pode indicar a sua ausência — quem sabe se ligada à mesma expedição a Santarém em que o pai encontrou a morte.

⁽⁵⁵⁾ Embora não tenha feito uma busca exaustiva, não julgo que se possa encontrar em muito mais que 3 : *D. et C.* 681 Moreira 1087, 778 Moreira 1092, e 813 Sé de Coimbra 1094.

⁽⁵⁶⁾ Sobre este cavaleiro, v. L. G. de Azevedo, *op. cit.*, vol. in, pág 79 n.

⁽⁵⁷⁾ Não pretendo fazer aqui um estudo completo da situação da fronteira-sul de Portugal no ano de iic.2. A intenção deste artigo foi essencialmente chamar a atenção dos historiadores para o erro da *Chronica Gothorum*.

⁽⁵⁸⁾ Em 9 de Agosto de iog5, Raimundo de Borgonha é dado como senhor de Santarém (Bibl. Nac. de Madrid, *ms. i8387*, foi. 300 v.º, cit. por Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, pág. 47). Só em 1111 Santarém torna a cair em poder dos Muçulmanos (*An. Port. Vet.*, textos citados na nota 4; é a data geralmente indicada pelos historiadores; L. G. de Azevedo, *op. cit.*, pág. 170, aponta 1109; A. Herculano, *op. cit.*, 11, pág. 4b, n., observa que

nha Muçulmana. No entanto, não há em 1102 nenhuma grande ofensiva islâmica, embora se dê então o abandono de Valência pela viuva do Cid, longamente cercada.

O Conde de Portugal, quase com certeza, está ausente : partiu provavelmente para a Terra Santa ⁽⁵⁹⁾. Em seu nome, a Infanta sua mulher e o fronteiro do Tejo ⁽⁶⁰⁾, Soeiro Mendes (da Maia), governam o Condado ⁽⁶¹⁾.

Conhecendo ou receando algum ataque mouro, Soeiro Mendes (ou D. Tereza) organiza uma expedição militar e confia o seu comando a Soeiro Fromarigues.

A caminho de Santarém, em lugar que provavelmente nunca será identificado ⁽⁶²⁾, a hoste portuguesa levanta as suas tendas,

«Al-Makkari coloca estes sucessos em mo, o que não concorda com a data estabelecida pelos cronicons cristãos»; cf. Francisco Codera, *Decadencia y desaparición de los Almorávides en España*, Zaragoza, 1899. Kstas diferenças não têm, para aqui, interesse de maior). Era a mesma, em 1102, a situação de Lisboa e Sintra.

⁽⁶⁹⁾ O documento fundamental é o *D. P. 112 L. P. 12* de Maio de 1103, em que expressamente se diz, em referência a um momento impreciso mas pouco anterior (talvez 1 mês, aproximadamente): «usque ad uenitam comitis de Iherusalem ubi erat». Pela sequência do texto se vê que, à data da escritura, o Conde não tinha ainda regressado. Este documento foi pela primeira vez referido por Francisco Ribeiro Dosguimarães, no t. 4.º das *Memorias da Academia*, parte 2.ª pág. 147 (Cardeal Saraiva, *Obras*, t. 11, pág. 166 n., que nele se baseia para escrever — no corpo da mesma pág. — : «O Conde D. Henrique (...) empreendeu e executou por estes tempos [nci a no3] a sua viagem à Terra Santa»). Em Julho do mesmo ano já D. Henrique estava em Portugal (*D. P. 125 L. D. M. Guimarães* 11 de Julho de 1103). Não é verosímil que a viagem tivesse demorado menos de um ano. E uma prova existe (embora não absoluta) da ausência do Conde em Setembro de 1101 (*D. P. 36 Liber Fidei* 10 de Setembro de 1101). Sobre o significado desta ausência, cf., no entanto, Herculano, *op. cit.* t. 11, págs 22-3.

Herculano, *op. cit.*, t. 11, pág. 2 5, afirma acerca de D. Henrique: «a sua partida para o oriente nos primeiros meses de 1103 é hoje irrefragável». Não parece possível defender actualmente esta doutrina.

Para todos este problema (que de momento apenas afloro), importa considerar L. G. de Azevedo, *Idade Média. Notas de historia e de crítica*, X, *loe. cit.*? Julho de 1925, cujas conclusões não me parecem, aliás, inteiramente válidas.

(®) *Chronica Gothorum*, págs. 300-i.

(61) *D. P. 112*, citado na n. 59.

(62) Há com efeito um conjunto de dificuldades que parecem tornar o problema insolúvel. Não se conhece nenhuma povoação com nome derivado de Vatalandi (Vadalande, Guadalande. ..); não se conhecem exactamente as

preparando-se para acampar. É certamente ao anoitecer. Andam perto os inimigos. Sob o comando de algum pequeno chefe almorávide, gente de raças diversas lança-se subitamente sobre os cristãos desprevenidos — e é a chacina. Entre os que conseguiram escapar, estaria possivelmente o primogénito de Soeiro Fro-marigues.

Este desastre das armas portuguesas não teve qualquer influência directa na sorte de Santarém, que só viria a cair em poder de SIR alguns anos mais tarde.

HENRIQUE BARRILARO RUAS

fronteiras entre Cristãos e Muçulmanos a N. E. de Santarém; é bastante provável que a palavra tenha sofrido uma ou várias alterações, de cópia para cópia ; tratava-se certamente de um lugar distante de qualquer povoação de importância. Não obstante, uma pesquisa sistemática talvez pudesse levar a alguma conclusão aproximada, se se tivesse em conta: *a*) que a expedição deve ter saído de Coimbra (a hipótese que provisoriamente levantei na n. 6 deixa de ter valor dentro da tese que defendo); *b*) que deve ser possível marcar com certa aproximação as jornadas prováveis da expedição (cf. Ourique); *c*) que nem todos os lugares são bons para um exército — mesmo pequeno — acampar; *d*) o mesmo quanto a um ataque de surpresa, por parte de um exército a que o texto chama «multidão» ; *e*) que, da hoste portuguesa* alguns escaparam, o que parece denotar a proximidade de algum castelo cristão (Santarém é pouco provável, porque nesse caso teriam passado aí a noite) ou de alguma floresta cerrada.

Para as alíneas *o* e *d*), não deixa de ter interesse a opinião de Herculano, *op. cit.*, II, pág. 45: «(...) passando provavelmente o Tejo». Neste sentido, podia-se procurar especialmente algum vau.